

Sumário

AGRADECIMENTOS	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	9
PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO	21
1. O SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES JUDICIAIS: UNIDADE DO DIREITO, RACIONALIDADE DECISÓRIA E A DETURPAÇÃO EFICIENTISTA	23
1.1. O percurso de valorização, em âmbito nacional, dos precedentes judiciais: a nova compreensão da teoria das fontes do direito e o papel dos Tribunais na modelagem de pautas de conduta	36
1.2. Afinal de contas, o que é precedente? Análise dos elementos estruturantes.....	46
1.2.1. <i>Ratio decidendi/Holding</i>	53
1.2.2. <i>Obiter dictum</i>	58
1.2.3. <i>Material facts</i>	61
1.2.4. <i>Dissenting Opinion</i>	64
1.2.5. Distinção (<i>Distinguishing</i>)	65
1.3. Diferenciação entre o precedente judicial e institutos correlatos	68
1.3.1. Precedente x Jurisprudência	69
1.3.2. Precedente x Costume	71
1.3.3. Precedente x Súmula	72
1.3.4. Precedente x Ementa	73
1.3.5. Precedente x Coisa Julgada	74
1.3.6. Precedente x Tese/Temas	77

1.4.	Intersecções entre o sistema de precedentes e estrutura processual de julgamento de casos repetitivos	81
1.4.1.	O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR e os Recursos Excepcionais Repetitivos	84
1.5.	A segurança jurídica enquanto garantia de evolução sem sobressaltos e a superação de precedentes judiciais.....	92
1.5.1.	Superação total e parcial de precedentes (<i>Overruling</i> e <i>Overturning</i>) ...	95
1.5.2.	Sinalização	99
1.5.3.	<i>Reversal</i>	100
1.5.4.	Regras de transição. Modulação de efeitos (<i>prospective overruling</i> , <i>pure prospective overruling</i> e <i>prospective-prospective overruling</i>). Modulação temporal, territorial e subjetiva	101
1.6.	Afinal de contas, somos um sistema de precedentes ou de condensações linguísticas (teses e temas)?	107
2.	REFUNDAÇÃO DO SISTEMA JUDICIAL, A PARTIR DO PARADIGMA DAS NOVAS TECNOLOGIAS	111
2.1.	O fim da acessoriedade e o papel central dos novos arranjos tecnológicos no aparato jurisdicional	111
2.2.	O Devido Processo Legal Tecnológico como fio condutor da nova arquitetura de Cortes Online	126
2.3.	A inteligência artificial e a customização do iter procedimental.....	128
2.3.1.	<i>Big data</i> , <i>Data mining</i> e jurimetria	129
2.3.2.	Esforço histórico do surgimento da inteligência artificial.....	132
2.3.3.	Inteligência artificial específica, capaz e geral: implementações, testes e projeções	136
2.3.4.	<i>Machine Learning</i> (supervisionado, não supervisionado e por reforço) e <i>Deep learning</i>	139
2.3.5.	Processamento de Linguagem Natural. <i>Large Language Model</i>	142
2.3.6.	Inteligência artificial generativa	143
2.3.7.	Riscos decorrentes do uso da inteligência artificial no sistema de justiça.....	146
2.3.7.1.	Falta de transparência que impede a explicabilidade, a controlabilidade e a contestabilidade. Incidente processual de explicabilidade em relação ao uso de IA pelo Poder Judiciário.....	146
2.3.7.2.	Enviesamento algorítmico.....	152

2.3.7.3.	Discriminação algorítmica.....	155
2.3.7.4.	Alucinação maquina.....	159
2.3.7.5.	Violação ao direito fundamental à proteção de dados pessoais	166
2.3.8.	O apoio da inteligência artificial para a produção de atos judiciais	174
2.3.8.1.	Fundamentação judicial apoiada por sistemas computacionais inteligentes: desafios constitucionais e infra-constitucionais	174
2.3.8.2.	Atos materiais executivos oriundos de sistemas computacionais: Execução comum e Execução Fiscal.....	178
2.3.8.3.	<i>Online Dispute Resolution</i> , Inteligência Artificial e Poder Público: uma equação necessária	189
2.3.8.4.	Duas questões sobre o uso da Inteligência Artificial e seus impactos no direito probatório: perícia algorítmica e <i>deepfakes</i>	192
3.	TEORIA TECNOLÓGICA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS E A PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO ADEQUADA DO <i>DATASET</i>	197
3.1.	Estamos engatinhando e já queremos correr: a saga dos números judiciais e a otimização a qualquer custo	197
3.2.	Impactos da tecnologia na formação e aplicação dos precedentes judiciais....	200
3.3.	A complexidade multifatorial do arcabouço fático e sua possível captação pelos sistemas computacionais.....	202
3.4.	Será que nosso destino é a mera subsunção tecnológica dos precedentes judiciais?	203
3.5.	VICTOR, VITÓRIA, ATHOS e PEDRO: tentativas de contribuição dos sistemas computacionais para o sistema de precedentes judiciais	205
3.6.	A construção adequada do <i>dataset</i> como um caminho plausível para a atuação sinérgica homem/máquina, na aplicabilidade assertiva do sistema de precedentes judiciais	209
3.7.	Da conceituação: o que se pode entender por <i>Dataset</i> ?.....	210
3.7.1.	<i>Dataset</i> de treinamento	211
3.7.2.	<i>Dataset</i> de validação	212
3.7.3.	<i>Dataset</i> de teste	213
3.7.4.	Teses, temas e súmulas devem ser rotulados como dados necessários para a aplicabilidade tecnológica de precedentes judiciais?.....	213
3.7.5.	Até que ponto a <i>ratio decidendi</i> é o caminho para o aperfeiçoamento do <i>dataset</i> ?	216

3.7.6.	Como ponderar as circunstâncias fáticas substanciais e operacionalizar o <i>distinguishing</i> ?	217
3.7.7.	<i>Overruling</i> e <i>overturning</i> e a revisão periódica do <i>dataset</i>	218
3.7.8.	A atualização legislativa e a falta de aderência dos dados à nova realidade.....	219
3.8.	O caso do sistema computacional PEDRO	220
3.9.	<i>Standards</i> para a construção do <i>dataset</i> de sistemas computacionais inteligentes que se destinem ao trabalho com precedentes judiciais	223
3.9.1.	Representatividade adequada dos dados formadores do <i>dataset</i>	223
3.9.2.	O <i>dataset</i> não pode ser composto, exclusivamente, pelas simplificações linguísticas dos pronunciamentos referenciais: teses, temas e súmulas.....	224
3.9.3.	Necessidade de o <i>dataset</i> contemplar, de algum modo, os aspectos fáticos substanciais do precedente	225
3.9.4.	O <i>dataset</i> deve contemplar os fundamentos determinantes (<i>ratio decidendi</i>) e as questões ditas de passagem (<i>obiter dictum</i>)	226
3.9.5.	A inclusão das ementas no <i>dataset</i> , desde que não se configurem como único insumo informacional para a aplicação do precedente....	227
3.9.6.	O <i>dataset</i> precisa contemplar as modulações de efeitos eventualmente adotadas pelos Tribunais.....	228
3.9.7.	A necessidade de o <i>dataset</i> ser atualizado, diante de eventual superação de entendimento, a partir de uma lógica de curadoria permanente	228
4.	CONCLUSÕES	231
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	235